

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: O RELATO QUE SURTIU DENTRO DO PROCESSO DE TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Ana Beatriz Gouveia de Araújo¹; Nemório Rodrigues Alves²; Hugo Ricardo Torres da Silva³; Gisetti Corina Gomes Brandão⁴.

¹ Discente de Enfermagem- Universidade Federal de Campina Grande- e-mail: bia_araujo38@hotmail.com;

² Discente de Enfermagem - Universidade Federal de Campina Grande- e-mail: nemorio_rodrigues@hotmail.com;

³ Discente de Medicina – Universidade Federal de Campina Grande- e-mail: huugorts@gmail.com;

⁴ Docente de Enfermagem- Universidade Federal de Campina Grande.

Resumo: A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), reformulada pela portaria GM/MS n. 1996/2007, considera a Educação Permanente em Saúde (EPS) como uma proposta educativa que está destinada à aprendizagem no trabalho, onde aprender e ensinar se incorpora ao cotidiano das organizações e ao trabalho, além de abranger e proporcionar experiências vivenciadas na comunidade de forma continuada, sendo assim, cíclica, afetando de maneira positiva todas as áreas e saberes da atenção básica. A EPS abrange e atua nas especificidades regionais segundo as particularidades de cada local, as necessidades de formação dos profissionais para o trabalho e a capacidade estabelecida pelo os mesmos. O presente estudo é um relato de experiência de abordagem qualitativa. A oficina a ser relatada faz parte de uma pesquisa-ação em andamento do PIBIC/CnPQ vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “Educação Permanente em Saúde: como ocorre o processo de trabalho exercido pelos agentes comunitários?”. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de um momento de aproximação entre os pesquisadores e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com intuito de, através da EPS, proporcionar aprendizagem coletiva sobre o tema proposto pelos próprios ACS: “Violência contra a pessoa idosa”.

Palavras-chave: Agente Comunitário de Saúde, Educação Permanente em Saúde, Atenção Básica.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de Atenção Primária é desenvolvido, no Brasil, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), baseado na atenção integral à saúde, com vínculo das equipes multiprofissionais à população de um determinado território (FONTANA, 2016). Segundo a Política Nacional de Atenção Básica, a atenção primária é identificada por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que contempla a promoção e a proteção da saúde, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação da saúde no âmbito coletivo (BRASIL, 2012).

Neste contexto, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), reformulada pela portaria GM/MS n. 1996/2007 (BRASIL, 2007), considera a Educação Permanente em Saúde (EPS) como uma proposta educativa que está destinada à aprendizagem no trabalho, onde aprender e ensinar se incorpora ao cotidiano das organizações e ao trabalho, além de abranger e proporcionar

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

experiências vivenciadas na comunidade de forma continuada, sendo assim, cíclica, afetando de maneira positiva todas as áreas e saberes da atenção básica. A EPS abrange e atua nas especificidades regionais segundo as particularidades de cada local, as necessidades de formação dos profissionais para o trabalho e a capacidade estabelecida pelo os mesmos (DUARTE, 2011).

No processo de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), o agente comunitário de saúde (ACS) tem sido um personagem muito importante realizando a integração dos serviços de saúde da Atenção Básica (AB) com a comunidade (BRASIL, 2009). De acordo com Queiroz (2014), a ESF requer de todos os profissionais atuantes a educação permanente, nessa perspectiva Vieira (2011) reforça que os ACS fazem parte da equipe, e são considerados de vital importância para a efetividade da ESF, pois formam um elo fundamental entre a comunidade e o serviço de saúde e possuem a capacidade de transformar situações-problemas da população do seu território, interferindo significativamente na qualidade de vida dos usuários (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, temos o ACS como um profissional que estabelece o contato direto com o usuário da UBSF, além de conviver com a realidade da sociedade encontrada no local, podendo assim está mais próximo da população e das problemáticas que a atinge, a fim de promover uma orientação coerente às famílias, ações educativas e acompanhamento de programas, observando dessa forma, a diversidade presente na atuação do ACS (GUANAIS-LORENZI; PINHEIRO, 2016).

Segundo Cordeiro (2015), a EPS está longe de se desenvolver de forma satisfatória na atenção primária em saúde. Especificamente, no caso dos ACS, a formação para o trabalho encontra-se fragilizada, as atividades de EPS mostram-se como um importante recurso para a qualificação do trabalho dos ACS e ainda, propicia ferramentas que os auxiliam na reflexão e na construção de uma prática pautada na gestão compartilhada e na busca de mudanças no cotidiano de trabalho (ALVES, 2014).

Partindo do pressuposto acima e somando-se a importância da EPS e do profissional ACS, resultou-se questionamentos que auxiliaram na estruturação da presente pesquisa. Para se tomar conhecimento das particularidades do local e a realidade que o ACS está inserido, o atual trabalho traz consigo a discussão de demandas específicas debatidas em oficinas com temas propostos pelos próprios ACS. De acordo com Ceccim e Feuerwerker (2004), a qualificação dos trabalhadores da saúde deve ser estruturada a partir da problematização do seu processo de trabalho. O presente estudo relata uma

das oficinas teve como tema “Violência contra a pessoas idosa” com intuito de, através da EPS, proporcionar aprendizagem coletiva.

O tema abordado na oficina é de grande relevância, tendo em vista que, “o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial crescente que progride em velocidades diferentes de acordo com o estágio de desenvolvimento econômico dos diversos países” (NETTO; YUASO; KITADAI, 2005). Neste cenário em que o envelhecimento populacional é crescente, e o número de pessoas idosas são ainda maiores na comunidade, daí então a violência contra o idoso ser mais visualizada. Souza et al (2007) relata:

O aumento da ocorrência de determinados agravos, tais como as causas externas, como os acidentes, a violência e os maus tratos, devem ser objeto de maior atenção entre os profissionais da saúde. No Brasil, entretanto, a população idosa não costuma ser prioridade nos estudos sobre as causas externas, em razão do predomínio dos jovens, que exibem altos coeficientes e grande número de casos.

Ademais, na maioria dos casos, a violência contra o idoso ocorre no meio intrafamiliar e o agressor é alguém que cuida do idoso ou possui vínculo, onde se destacam o filho, a nora e os netos. Florêncio et al. (2007) afirmam que a convivência dos idosos com indivíduos mais jovens e a dependência obrigatória pode gerar conflitos, a ponto de a relação entre eles tornar-se insustentável.

Atentando-se para a importância do ACS e sua relevância para a promoção de saúde, o trabalho atual tem por objetivo relatar a experiência de um momento de aproximação entre pesquisadores e ACS, que teve a finalidade de valorizar os seus conhecimentos e sentimentos a respeito da sua atuação profissional, trabalhando com o tema: “Violência contra a pessoa idosa”. Assim, podemos aprimorar seus conhecimentos, incentivar a equipe e até mesmo a gestão a identificar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos ACS e estimular o avanço das práticas em educação permanente em saúde na UBSF, fazendo com que esse contato torne-se cada vez mais comunicativo e expansivo tanto para profissionais como para usuários.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é um relato de experiência de abordagem qualitativa. A oficina a ser relatada faz parte de uma pesquisa-ação em andamento do PIBIC/CnPQ vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “Educação Permanente em Saúde: como ocorre o processo de trabalho exercido pelos agentes comunitários?”.

Tal estudo será realizado como um recorte de uma tese de doutoramento intitulada “Educação Permanente para os Agentes Comunitários de Saúde: Estratégia no processo de trabalho”, que abrange todas as UBSF do município de Campina Grande, já aprovado pelo Comitê de Ética e de Pesquisa com o nº CAAE 65858717.9.0000.5182.

Inicialmente foi feita uma primeira visita à UBSF para convidar os ACS a participar da pesquisa e marcar as oficinais de trabalho onde os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) foram assinados. Foram realizadas 12 oficinas com temas determinados pelos próprios ACS, onde eles discutiram as temáticas que possuem mais dificuldade. Para efeito da confecção desse trabalho, relataremos a segunda oficina que teve como tema “Violência contra a pessoa idosa”. Esta ocorreu no dia 20/11/2017, durante o turno da manhã, com a presença de todos os agentes comunitários de uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) situada no bairro do Catolé, na cidade de Campina Grande, Paraíba.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A capacitação sobre violência contra a pessoa idosa, iniciou-se com a realização de uma dinâmica sobre observar o outro com objetivo de incentivar a observação de cada ser, mesmo quando as mudanças são quase imperceptíveis, dessa forma foi interligado ao assunto que seria abordado na roda de conversa. A proposta das oficinas de trabalho é utilizar da Educação Permanente em Saúde meios de capacitar os ACS. Em relação à educação permanente que segundo Alves (2014) é um importante recurso para a qualificação do trabalho dos ACS e ainda, proporcionando reflexão e construção de uma prática pautada na gestão compartilhada e na busca de mudanças no cotidiano de trabalho. Ainda assim é evidenciada a necessidade de mais trabalhos utilizando a educação permanente como base para que os conhecimentos vistos na unidade básica possam ir além dos muros e provocar mudanças na realidade social, cultural e na saúde da população, educando e promovendo melhores formas de relações e ajustes de toda comunidade.

Nas oficinas são utilizados em geral: data-show, notebook, cadeiras postas em círculo visando uma discussão horizontal, papel e canetas. Ao fim de cada oficina é fornecido um café com prosa, um momento de interação e distração. A capacitação tratando sobre violência contra a pessoa idosa foi realizada no dia 20 de novembro de 2017, marcada em dia e horário propostos pelos próprios ACS, de modo a não prejudicar sua rotina de trabalho. O tema foi determinado pelos ACS, com o objetivo de discutir a

temática, tomando como questão norteadora dessa oficina: O que é violência para você?

Sendo dessa forma visualizada a carência de conhecimento e de autonomia que esses profissionais têm com o assunto, primeiramente a ideia de que a única violência existente é a violência física, logo após foi verificado um nível de impotência em relação a denúncias, pois sentiam-se inseguros e por esse motivo não arriscavam delatar os culpados, sabendo que o ACS possuem relações diretas com a comunidade a qual estão vinculados, conhecendo toda problemática da região e dos moradores, porém mesmo assim sentem-se inseguros e impotentes em caso de violência contra a pessoa idosa, temendo muitas vezes aos próprios cuidadores (GONÇALVEZ, 1992).

Evidenciando dessa forma o que relata Lorenzi (2016) e Cordeiro (2015) em relação as dificuldades e fragilidades das ACS, ao decorrer da oficina foram citadas grandes fragilidades nas condições de trabalho e um enorme desconforto, quando se trata de intervenções e resoluções de problemas, indicado por essa classe.

Durante a oficina foram relatados os tipos de violência, levando a conclusão que muitos desses eram presenciados pelos ACS e que não consideravam como violência, como por exemplo, a autonegligência ou a negligência, até mesmo quando se trata da higiene pessoal ou alimentação da pessoa idosa. Para finalizar a oficina foi demonstrado o estatuto do idoso, levando em consideração os direitos e deveres da pessoa idosa, muitos desses também desconhecidos por parte das ACS, que além de profissionais duas também eram idosas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciada a importância de oficinas de trabalho na unidade básica de saúde da família, auxiliando dessa forma os ACS que são fundamentais para maior aproximação no nível da comunidade, incentivando ao fornecimento de soluções que precisam ser consideradas durante o desenvolvimento de políticas públicas consistentes e para as intervenções relacionadas à violência existente. Sabe-se que a EPS proporciona um alargamento no conhecimento a partir dos questionamentos lançados a equipe, sendo responsável por uma troca de saberes, provocando reflexões, troca de experiências, vínculo, crescimento pessoal e autocrítica a fim de que as oficinas consigam os resultados esperados na prática desses profissionais,

O ACS é o ser responsável pelo acolhimento e notificações de possíveis violências a pessoa idosa, pois interliga a população com a UBSF.

Sendo dessa forma levantada a problemática, conclui-se falta de conhecimento e impotência dos ACS relacionando como violência à pessoa idosa, em sua grande maioria, aquelas relacionadas à agressões físicas, e poucos deles acatavam a (auto)negligência como forma de violência, além de não acreditarem nos direitos a pessoa idosa, resultando em não realização de notificações de vários tipos de violência.

Foi detectada a necessidade de maiores discussões e ampliação dos conhecimentos por parte da equipe, a fim de emponderá-los no tema em questão: Conhecimento sobre direitos e deveres do idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso, desenvolvimento da autonomia do indivíduo idoso e segurança. Somado ao diálogo, é necessário estimular a compreensão da importância do ACS, demonstrando seu alto potencial em promover a saúde. É importante construir espaços de discussões, ofertar espaços de troca de experiências e construções em conjunto com toda a equipe multiprofissional da Atenção Básica, para que ambos contribuam de maneira particular para melhor produção do cuidado.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, M.R. et al. Educação permanente para os agentes comunitários de saúde em um município do norte de Minas Gerais. **J. res.: fundam. care. Online**, Minas Gerais (MG), v.6 n.3 p. 882-888, jul./set., 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília (DF); 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. PNAB -Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, MS; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da saúde, 2009.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C.

M.. O quadrilátero da formação para a área da saúde:

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 41-65, June 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004>.

CORDEIRO, Luciana; SOARES, Cassia Baldini. Processo de trabalho na Atenção Primária em Saúde: pesquisa-ação com Agentes Comunitários de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 11, p.3581-3588, nov. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152011.10332014>.

DUARTE, S.J.H.D et al. A educação permanente como possibilidade no diagnóstico precoce da tuberculose. **Arquivos Catarinenses de Medicina**. V. 40, n. 1, 2011.

FLORÊNCIO, Marcía Virgínia di Lorenzo et al. A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 847-857, set./dez. 2007.

FONTANA, Karine Cardoso; LACERDA, Josimari Telino de; MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira. O processo de trabalho na Atenção Básica à saúde: avaliação da gestão. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 40, n. 110, p.64-80, set. 2016. **FapUNIFESP** (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201611005>.

GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes. Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades. -São Paulo: CEFOR, 1992. p.53 (Cadernos CEFOR- Textos, 1).

GUANAES-LORENZI, Carla; PINHEIRO, Ricardo Lana. A (des)valorização do agente comunitário de saúde na Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 8, p.2537-2546, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.19572015>

NETTO, Matheus Papaléo; YUASO, Denise Rodrigues; KITADAI, Fabio Takashi. Longevidade: desafio no terceiro milênio. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 29, n. 4, p.594-605, dez. 2005. Disponível em: <https://longevidade.ind.br/wp-content/uploads/2017/04/13_Longevidad._desafios3mil.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

SOUZA, Jacy Aurélia Vieira de; FREITAS, Maria Célia de; QUEIROZ, Terezinha Almeida de. Violência contra os idosos: análise documental.

Rev. bras. enferm., Brasília , v. 60, n. 3, p. 268-272,

June 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de maio 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000300004>.

VIEIRA, M. Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011.